

Rumo ao “Desmatamento Zero” e a restauração florestal na Amazônia Maranhense

São Luis, 4 de Agosto de 2017 – Em recente artigo publicado na revista científica internacional "Land Use Policy", pesquisadores que trabalham na Amazônia Maranhense declararam que, para garantir a sustentabilidade econômica e o desenvolvimento social no longo prazo no estado mais pobre do Brasil, o governo do Maranhão deve urgentemente criar mecanismos para proteger suas florestas, promover agricultura sem-fogo e estabelecer uma política de restauração florestal.

Atualmente, 75% da floresta amazônica no Maranhão já foi desmatada (ver mapa) e o desmatamento ilegal persiste em um processo violento que provoca danos sociais, econômicos e ambientais visíveis. A região amazônica do Maranhão registra violações severas dos direitos humanos associadas ao desmatamento, como casos recorrentes de pessoas em regime de trabalho análogo à escravidão, conflitos pela terra e assassinatos de camponeses e indígenas. Simultaneamente, o Maranhão registra níveis recordes de queimadas, enfrenta escassez de água e luta contra os piores indicadores sociais e econômicos do país.

Contrário aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil durante a COP-21 em Paris para combater o desmatamento e restaurar florestas, parte dos representantes políticos do Maranhão tem buscado mecanismos legais para diminuir ainda mais a cobertura florestal. As áreas protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) estão sendo desmatadas ilegalmente. E além disso, cerca de 771 km² de florestas nas propriedades rurais do estado ainda estão disponíveis para o desmatamento legal, uma área equivalente à da cidade de Nova York. De acordo com a "Rede para a Conservação da Amazônia Maranhense", o Estado do Maranhão precisa urgentemente estabelecer uma política de "Desmatamento Zero" e, em conjunto com as forças federais, combater a violência e os crimes ambientais na região.

O artigo também destaca a importância das florestas secundárias (aquelas em regeneração). No cenário de degradação atual, essas florestas secundárias desempenham um papel essencial tanto na conservação biológica quanto na provisão de serviços ecossistêmicos, como sequestro de carbono e regulação hídrica. Essas florestas cobrem 19,9 mil km² (27% da área desmatada), e o Estado deve criar normas para protegê-las promovendo assim a restauração florestal. Os pesquisadores consideram a proteção das florestas secundárias e a promoção de práticas agrícolas sem-fogo como as ações prioritárias de restauração a serem apoiadas no Estado.

Neste momento, o governo estadual do Maranhão tem uma oportunidade única de mudar o paradigma do desenvolvimento na região através do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Amazônia que está sendo elaborado. Em vez de buscar mecanismos para diminuir a cobertura florestal, o ZEE pode

Comunicado à Imprensa
‘Rede para a Conservação da Amazônia Maranhense’

servir como um instrumento que garante a sustentabilidade da produção agropecuária e a provisão de serviços ecossistêmicos essenciais para a sociedade, mas para isso os preceitos científicos devem ser levados em consideração na sua elaboração.

A "Rede para a Conservação da Amazônia Maranhense" é uma rede multi-institucional de pesquisadores estabelecida em 2015. O artigo publicado hoje teve como objetivo chamar a atenção para esta região ameaçada da Amazônia brasileira e dar recomendações científicas aos formuladores de políticas, a fim de evitar mais retrocessos. Segundo a rede, o estado do Maranhão precisa dar um gigantesco passo na região amazônica para garantir a proteção da vida humana e dos recursos naturais. Eles afirmam que o estado do Maranhão deve estabelecer com urgência uma política de “Desmatamento Zero”, proteger legalmente as florestas secundárias, promover a agricultura sem fogo e estabelecer uma política de restauração florestal em consonância com a política nacional, garantindo assim a sustentabilidade econômica no longo prazo.

Comentários dos autores:

“A região amazônica do Maranhão protege uma diversidade biológica riquíssima, que inclui muitas espécies endêmicas ameaçadas de extinção” diz a Dra. Marlúcia Martins, pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG (marlucia@museu-goeldi.br)

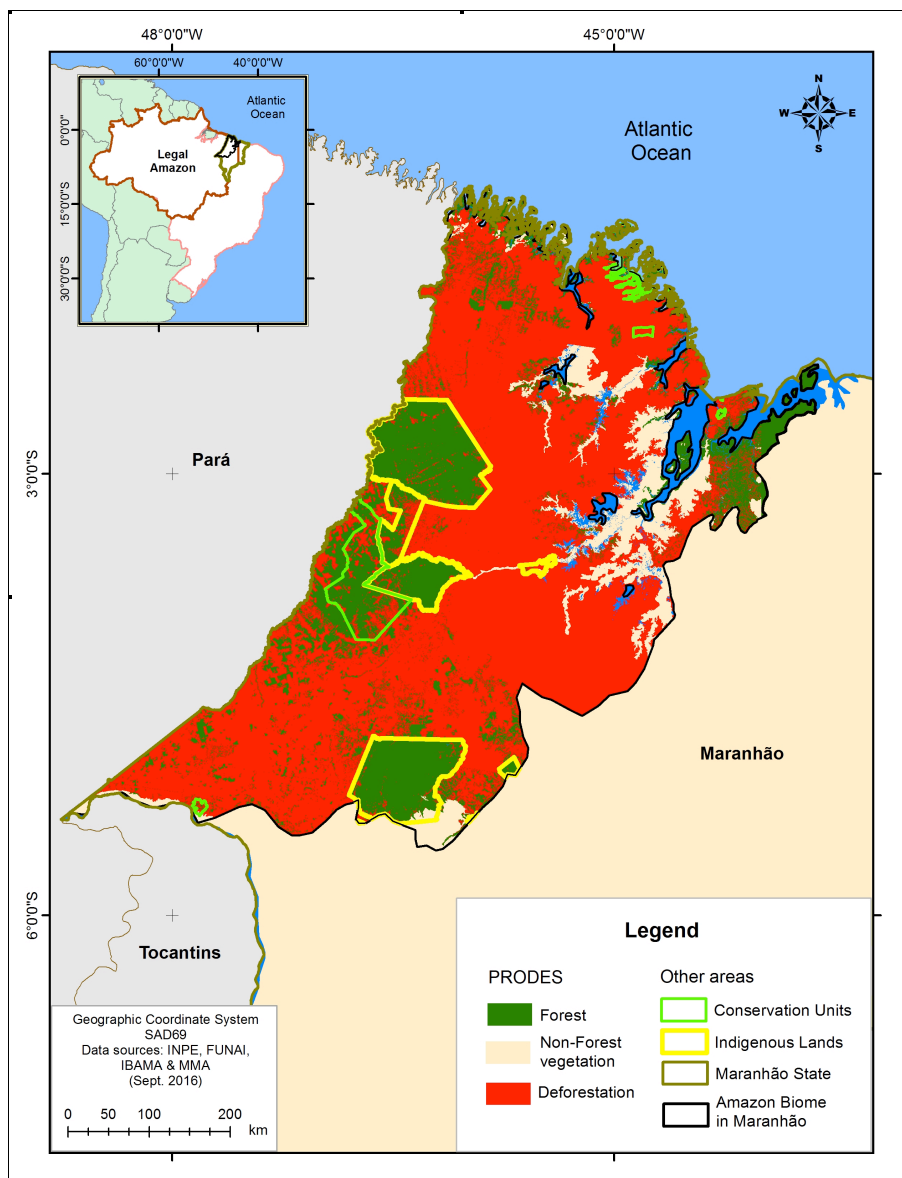
“Atualmente, apenas um quarto da cobertura florestal original (24,7 mil km²) da Amazônia maranhense permanece em pé, dos quais 70% estão dentro das áreas protegidas (terras indígenas e unidades de conservação)” dizem os Drs. Igor Narvaes e Marcos Adami, pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (igor.narvaes@inpe.br + 55 (91) 993507661 55; marcos.adami@inpe.br + 55 (91) 992746456)

“As florestas, sejam em áreas públicas ou privadas, são interesse de Estado, uma vez que regulam o ciclo das águas. Isso é particularmente importante no Maranhão, onde as taxas de precipitação estão diminuindo drasticamente” diz a Dra. Danielle Celentano, professora da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (+55 (98) 988887860; danicelentano@yahoo.com.br).

“A floresta amazônica no Maranhão foi amplamente convertida em carvão vegetal usado nas indústrias de ferro gusa da região, e as áreas desmatadas deram espaço para o desenvolvimento da agropecuária e as plantações de eucalipto” diz o Dr. Marcelo Carneiro, professor da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. (+ 55 (98) 988361828, marcelosc@uol.com.br)

“As populações indígenas são as maiores vítimas do desmatamento da Amazônia Maranhense, apenas em 2016, nove indígenas foram assassinados” diz o Dr. István Varga, médico e professor da UFMA (+ 55 (98) 98143-6289, ivarga@uol.com.br).

Comunicado à Imprensa
'Rede para a Conservação da Amazônia Maranhense'



A publicação está disponível para assinantes em
<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264837717302296>
a partir de 4 de agosto de 2017

Para mapas, gráficos e outras informações , entre em contato:
Prof. Dra. Danielle Celentano
+55 (98) 9.8888-7860, danicelentano@yahoo.com.br